

**SINPEEM reivindica
ampliação das
tabelas dos
docentes e gestores**

Página 7

**Projeto de Lei
de transformação
do agente escolar
tramita na Câmara**

Página 9

**Sindicato exige mais
atenção do poder
público com a saúde
do trabalhador**

Página 13

**Precatórios:
SINPEEM explica
como será feito
o pagamento**

Página 13

FILIADO À CNTE, À CUT E AO DIEESE
FEVEREIRO DE 2011 - ANO 15 - Nº 117

JORNAL DO

SINPEEM

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO



Fernando Cardozo/07/05/2010

O SINPEEM já iniciou a campanha salarial de 2011. Na pauta de reivindicações, com mais de cem itens, o sindicato contempla todos os segmentos do Quadro dos Profissionais de educação - docentes, quadro de apoio e aposentados, tendo como um dos principais itens a aplicação integral do reajuste de 33,79% em 2011. Também são rei-

vindicações importantes: a ampliação das referências das tabelas de vencimentos dos docentes e gestores, a transformação do agente escolar em ATE, condições dignas de trabalho para todos os profissionais de educação, recesso em julho para o CEIs, construção de mais escolas entre outras.

Páginas 2 a 6

EDITORIAL

Salário digno e condições de trabalho

Iniciamos mais um ano lutando pelos direitos e reivindicações dos profissionais de educação. O SINPEEM é o sindicato que, ao aliar a mobilização da categoria com a participação em todos os processos negociais, conquistou, por exemplo, a incorporação das gratificações criadas em 2006, resultando em reajuste de 37,5%, entre 2008 e 2010, para ativos e aposentados com paridade, período em que a inflação calculada pela Fipe ficou em 11,65%. Diga-se de passagem, o único sindicato de servidores no Brasil a conseguir incorporação de gratificação e bônus, com a repercussão na tabela de vencimentos deste percentual.

Enquanto a maioria das categorias do funcionalismo público municipal há anos, infelizmente, tem a aplicação de ínfimos reajustes de 0,01%, apenas para cumprimento de determinação legal, o SINPEEM, incontestavelmente, obteve vitórias como a incorporação, elevação do valor do piso, reajustes futuros assegurados em lei, ampliação das referências para o quadro de apoio. Estas, entre outras conquistas funcionais, como a mudança da denominação de adjuntos, que também implicaram em elevação da remuneração, nos estimulam a continuar a nossa luta sempre.

Para 2011, a expectativa dos economistas não é nada animadora e a projeção da inflação acumulada durante o ano, pode superar a do ano passado. Apesar do cenário preocupante e de termos a garantia, em lei, de reajuste de 10,19% em maio, data-base da

categoria, e o mesmo índice previsto para os próximos dois anos, não podemos deixar de fazer o que sempre fizemos: apresentar a nossa pauta de reivindicações ao governo, organizar e mobilizar a categoria para pressionar pelo atendimento às nossas reivindicações.

Queremos a elevação do piso da categoria e a aplicação das parcelas que totalizam os 33,79%, negociado na data-base de 2011. Reivindicamos, também, mudança na lei salarial, valorização profissional, investimentos na melhoria das unidades, formação permanente e o fim da terceirização dos serviços.

Nesta edição do Jornal do SINPEEM publicamos a pauta de reivindicações da categoria e, como não poderia deixar de ser, pelas características da área que atuamos e por sermos servidores públicos, podemos afirmar que juntamos a defesa dos direitos e interesses da nossa categoria ao direito da população de ter escola pública e gratuita de qualidade social para todos, em todos os níveis.

Estamos certos das tarefas postas para o nosso sindicato e também de que sem lutas não acontecem conquistas.

Categoria unida, sindicato forte!

A DIRETORIA

CLAUDIO FONSECA
Presidente

SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Av. Santos Dumont, 596 - CEP 01101-080 - Ponte Pequena - São Paulo - SP - Fone 3329-4500
www.sinpeem.com.br - e-mails: sinpeem@sinpeem.com.br - imprensa@sinpeem.com.br
Registro Sindical no Ministério do Trabalho outorgado pelo Processo nº 24440.025576/89

DIRETORIA

Presidente	Claudio Fonseca
Vice-presidente	Adelson Cavalcanti de Queiroz
Secretário-geral	Cleiton Gomes da Silva
Vice-secretário-geral	Antonio Bonfim Moreira
Secretária de Finanças	Doroty Keiko Sato
Vice-secretária de Finanças	Cleide Filizzola da Silva
Secretário de Administração e Patrimônio	Josafá Araújo de Souza
Secretária de Imprensa e Comunicação	Mônica dos Santos Castellano Rodrigues
Vice-secretária de Imprensa e Comunicação	Patrícia Pimenta Furbino
Secretária de Assuntos Jurídicos	Maria Cristina Augusto Martins
Vice-secretária de Assuntos Jurídicos	Nilda Santana de Souza
Secretária de Formação	Teresinha Chiappim
Vice-secretária de Formação	Sylvie Bonifácio Klein
Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais	Eliazar Alves Varela
Secretário de Política Sindical	João Baptista Nazareth Jr.
Secretária de Assuntos do Quadro de Apoio	Reni Oliveira Pereira
Vice-secretário de Assuntos do Quadro de Apoio	Tomaz Humberto Jabanj
Secretária de Seguridade Social/Aposentados	Myrtes Faria da Silva
Secretária para Assuntos da Mulher Trabalhadora	Lourdes Quadros Alves
Secretário de Políticas Sociais	João Kleber de Santana Souza
Secretário de Saúde e Segurança do Trabalhador	Floreal Marim Botias Júnior
Secretário de Organização de Subsedes/Regional	José Donizete Fernandes

DIRETORES REGIONAIS DE SUBSEDES

Almir Bento de Freitas
Clarice Bonfim
Edivaldo dos Santos Nascimento
Eduardo Terra Coelho
Fidelcino Rodrigues de Oliveira
Gicélia Santos Silva
Júlia Maia
Lilian Maria Pacheco
Luzinete Josefa da Rocha
Marcelo Alves Nishikata
Maria Hildete G. Nepomuceno Rezende
Miriam Halcsih Machado
Rogério Marcos de Melo

Jornalista responsável:
Graça Donegati - Mtb 22.543
Diagramação: José Antonio Alves
Impressão: Brasil Impresso
50 mil exemplares
Distribuição gratuita

Os textos publicados no Jornal do SINPEEM são de exclusiva responsabilidade da Diretoria do sindicato

Tabela de vencimentos – fevereiro/2011

REF/GRAUS	A	B	C	D	E
APOIO À EDUCAÇÃO					
QPE-01	637,32	678,74	722,84	769,81	819,86
QPE-02	678,74	722,84	769,81	819,86	873,15
QPE-03	722,84	769,81	819,86	873,15	929,91
QPE-04	769,81	819,86	873,15	929,91	990,35
QPE-05	819,86	873,15	929,91	990,35	1.054,74
QPE-06	873,15	929,91	990,35	1.054,74	1.123,29
*QPE-07	929,91	990,35	1.054,74	1.123,29	1.196,30
*QPE-08	990,35	1.054,74	1.123,29	1.196,30	1.274,07
*QPE-09	1.054,74	1.123,29	1.196,30	1.274,07	1.356,88
*QPE-10	1.123,29	1.196,30	1.274,07	1.356,88	1.445,10
*QPE-11	1.196,30	1.274,07	1.356,88	1.445,10	1.539,01
*QPE-12	1.274,07	1.356,88	1.445,10	1.539,01	1.639,04
*QPE-13	1.356,88	1.445,10	1.539,01	1.639,04	1.745,56
*QPE-14	1.445,10	1.539,01	1.639,04	1.745,56	1.859,01
JB - 20 HORAS/AULA					
QPE-11	709,10	755,20	804,29	856,63	912,27
QPE-12	755,20	804,29	856,63	912,27	971,55
QPE-13	804,29	856,63	912,27	971,55	1.034,67
QPE-14	856,63	912,27	971,55	1.034,67	1.101,95
QPE-15	912,27	971,55	1.034,67	1.101,95	1.173,57
QPE-16	971,55	1.034,67	1.101,95	1.173,57	1.249,94
QPE-17	1.034,67	1.101,95	1.173,57	1.249,94	1.331,10
QPE-18	1.101,95	1.173,57	1.249,94	1.331,10	1.417,66
QPE-19	1.173,57	1.249,94	1.331,10	1.417,66	1.509,87
QPE-20	1.249,94	1.331,10	1.417,66	1.509,87	1.608,02
QPE-21	1.331,10	1.417,66	1.509,87	1.608,02	1.712,45
JBD - 30 HORAS/AULA					
QPE-11	1.063,69	1.132,88	1.206,50	1.284,93	1.368,44
QPE-12	1.132,88	1.206,50	1.284,93	1.368,44	1.457,38
QPE-13	1.206,50	1.284,93	1.368,44	1.457,38	1.552,10
QPE-14	1.284,93	1.368,44	1.457,38	1.552,10	1.653,00
QPE-15	1.368,44	1.457,38	1.552,10	1.653,00	1.760,41
QPE-16	1.457,38	1.552,10	1.653,00	1.760,41	1.874,83
QPE-17	1.552,10	1.653,00	1.760,41	1.874,83	1.996,79
QPE-18	1.653,00	1.760,41	1.874,83	1.996,79	2.126,58
QPE-19	1.760,41	1.874,83	1.996,79	2.126,58	2.264,78
QPE-20	1.874,83	1.996,79	2.126,58	2.264,78	2.411,90
QPE-21	1.996,79	2.126,58	2.264,78	2.411,90	2.568,75
JEIF E J-30 (CEI)					
**QPE-11	1.418,22	1.510,40	1.608,60	1.713,25	1.824,53
**QPE-12	1.510,40	1.608,60	1.713,25	1.824,53	1.943,09
**QPE-13	1.608,60	1.713,25	1.824,53	1.943,09	2.069,35
**QPE-14	1.713,25	1.824,53	1.943,09	2.069,35	2.203,86
**QPE-15	1.824,53	1.943,09	2.069,35	2.203,86	2.347,19
**QPE-16	1.943,09	2.069,35	2.203,86	2.347,19	2.499,89
**QPE-17	2.069,35	2.203,86	2.347,19	2.499,89	2.662,20
**QPE-18	2.203,86	2.347,19	2.499,89	2.662,20	2.835,37
**QPE-19	2.347,19	2.499,89	2.662,20	2.835,37	3.019,70
**QPE-20	2.499,89	2.662,20	2.835,37	3.019,70	3.216,02
**QPE-21	2.662,20	2.835,37	3.019,70	3.216,02	3.424,93
JORNADA BÁSICA E ESPECIAL DE 40 HORAS					
QPE-11	1.891,04	2.013,98	2.144,93	2.284,28	2.432,82
QPE-12	2.013,98	2.144,93	2.284,28	2.432,82	2.590,87
QPE-13	2.144,93	2.284,28	2.432,82	2.590,87	2.759,27
QPE-14	2.284,28	2.432,82	2.590,87	2.759,27	2.938,59
QPE-15	2.432,82	2.590,87	2.759,27	2.938,59	3.129,66
QPE-16	2.590,87	2.759,27	2.938,59	3.129,66	3.333,14
QPE-17	2.759,27	2.938,59	3.129,66	3.333,14	3.549,78
QPE-18	2.938,59	3.129,66	3.333,14	3.549,78	3.780,50
QPE-19	3.129,66	3.333,14	3.549,78	3.780,50	4.026,21
QPE-20	3.333,14	3.549,78	3.780,50	4.026,21	4.287,95
QPE-21	3.549,78	3.780,50	4.026,21	4.287,95	4.566,63
QPE-22	3.780,50	4.026,21	4.287,95	4.566,63	4.863,50
J-40 HORAS/AGENTE DE APOIO E VIGIAS					
B-1	439,38
B-2	467,95
B-3	498,36
B-4	530,75
B-5	565,24
B-6	601,98
B-7	641,12
B-8	682,80
B-9	727,17
B-10	774,44

* Corresponde à tabela de vencimentos de ADIs

** Corresponde à tabela de vencimentos dos PDIs

Informações sobre atualização cadastral, filiação, desfiliação, cursos, certificados, declarações, convênios e outros.

3329-4516

secretarias@sinpeem.com.br

■ CAMPANHA SALARIAL 2011

SINPEEM reivindica elevação do valor do piso da categoria

Em maio de 2010 o governo municipal aplicou a terceira e última parcela referente à incorporação das gratificações criadas em 2006, totalizando o índice de 37,5% sobre os padrões de vencimentos de todos os profissionais de educação ativos, aposentados com paridade e readaptados.

Conquista importante do SINPEEM para o restabelecimento da isonomia entre ativos e aposentados e readaptados.

Em 2010, com a aplicação da última parcela da incorporação, de 8,75%, voltamos às ruas e, com a mobilização da categoria e o processo de negociação promovidos pelo SINPEEM, vencemos a resistência do governo e conquistamos reajuste de 33,79%, que serão aplicados em três parcelas de 10,19% em maio de 2011, maio de 2012 e maio de 2013 aos profissionais de educação ativos, aposentados com paridade e readaptados.

Também conquistamos a ampliação das referências e enquadramento para evolução funcional do quadro de apoio, lotação na unidade e direito de opção pela Jeif, reuniões pedagógicas para os CEIs, permanência de professores remanescentes nas unidades e aposentadoria do magistério para os gestores.

Em 2011, continuaremos pressionando pela elevação do valor do piso e pela revisão geral dos salários dos servidores, ampliação das referências para os docentes e gestores, redução do número de alunos por sala de aula, pagamento de diferença por exercício de função para os ATEs, realização de concursos públicos, convocação de todos os aprovados em concursos; recesso em julho para os CEIs, reorganização da carreira do quadro de apoio, expansão das matrículas em EJA, aposentadoria do magistério para os readaptados, entre outras. Nossa pauta é composta por mais de cem itens. Tem, no entanto, centralidade nas questões relativas aos salários, direitos de carreira, formação e condições de trabalho.



Fotos: Fernando Cardozo/07/05/2010

Pauta contém reivindicações salariais, funcionais e educacionais

Reivindicações contemplam todos os segmentos do QPE

A pauta de reivindicações de 2011 contempla todos os profissionais de educação – docentes, gestores e quadro de apoio. Entre os itens, alguns constaram de pautas entregues ao governo em anos anteriores. Aparecem novamente por terem sido atendidas parcialmente, a exemplo do que ocorreu para os profissionais de CEIs, a quem conseguimos o direito de férias coletivas em janeiro, mas que o recesso de julho ainda não teve o mesmo tratamento. É também exemplo de atendimento parcial o aumento das referências para os agentes es-

colares e ATEs, mas sem a redução dos intervalos de tempo entre um enquadramento e outro.

O piso calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e a mudança da lei salarial do município são exemplos, entre outras reivindicações que aparecem permanentemente em nossas pautas por ainda não terem sido atendidas. Publicá-las, mais do que informar, tem a clara intenção de envolver todos na luta para conquistá-las.

CAMPANHA SALARIAL 2011

Pauta de reivindicações

1 - SALARIAL:

1. alteração da atual lei salarial, para ampliar o percentual mínimo das receitas correntes destinado às despesas com pessoal;
2. incorporação do Bônus Complementar do piso, com aplicação dos 33,79% em 2011;
3. aplicação de pelo menos 54% das receitas correntes com despesas de pessoal;
4. não inclusão das despesas com pessoal terceirizado para efeitos de cálculo de gastos com pessoal da administração direta da Prefeitura;
5. não inclusão dos custos com programas assistenciais como gastos com a educação;
6. instituição de mecanismo que determine reajuste periódico com percentual nunca inferior à inflação do período e aumento real de salários;
7. adequação das remunerações em função das atribuições, competências, grau de formação e importância social das profissões;
8. reajuste na mesma época e igual percentual para os aposentados por invalidez ou por idade, que estão sem direito a paridade;
9. direito de incorporação por exercício na Jeif, cargos ou funções com cinco anos de exercício continuado ou não, para fins de aposentadoria;
10. não vinculação da aplicação de qualquer direito à disponibilidade financeira da Prefeitura;
11. elevação das receitas destinadas ao pagamento dos precatórios;
12. uso dos precatórios para pagamento de dívidas dos servidores com o Tesouro Municipal;
13. piso salarial para os servidores não inferior ao valor fixado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese);
14. aplicação de 40% sobre o atual valor do vale-alimentação e sua extensão para os aposentados e pensionistas;
15. extensão dos ganhos judiciais relativos às ações pelos 62% e 82,51% para todos os servidores;
16. recadastramento e pagamento retroativo dos ganhos judiciais para os agentes escolares, agentes de apoio e integrantes do quadro do magistério que mudaram de CL;
17. pagamento dos salários no banco de opção do servidor;
18. regulamentação e pagamento retroativo da Gratificação por Local de Trabalho aos profissionais de educação;
19. revisão dos critérios para concessão e valores dos adicionais de difícil acesso, insalubridade e noturno;
20. fim dos descontos no PDE decorrentes de faltas abonadas e licenças médicas, extensão do direito aos aposentados e incorporação deste prêmio aos padrões de vencimentos;
21. gratificação de 50% pelo serviço noturno, prestado a partir das 19 horas;
22. hora/aula excedente e de qualquer hora/trabalho além da jornadas a que estão submetidos os profissionais de educação, com valor 100% superior.

2 - FUNCIONAL:

1. aposentadoria especial do magistério para os readaptados;
2. ampliação da quantidade de referências da tabela da Jornada Especial de 40 horas do magistério (gestores);
3. ampliação da quantidade de referências das tabelas dos docentes;
4. alteração, com diminuição dos tempos para enquadramento por evolução funcional dos agentes escolares e ATEs;

5. progressão salarial na carreira por incentivos que contemplem titulação, experiência, participação em projetos e programas, atualização e aperfeiçoamento profissional;
6. computar na composição da Jeif aulas/classes atribuídas para regência (25 horas/aula), assim como turmas de reforço e recuperação, de treinamento esportivo e de iniciação teatral, musical, dança, entre outros;
7. redução da jornada de trabalho do quadro de apoio (agente escolar), agente de apoio, vigias, auxiliares técnicos, auxiliares de secretaria e secretários de escolas) e dos gestores, para 30 horas semanais, sem redução de salários;
8. integração dos agentes ao QPE, com todos os direitos funcionais e reajustes dos profissionais de educação;
9. isonomia entre ativos, aposentados e readaptados;
10. alteração da denominação dos atuais agentes escolares e agentes de apoio para auxiliares técnicos de educação, com enquadramento nas referências próprias deste cargo, sem qualquer redução de vencimento padrão;
11. pagamento por diferença por exercício de função aos ATEs;
12. organização do cargo de ATE em três classes distintas, com reconhecimento e manutenção das atribuições das classes I e II, previstas nos editais dos concursos;
13. nenhum desconto referente às ausências por licença saúde;
14. quadro operacional e de auxílio técnico-administrativo escolar composto de cargos de provimento efetivo e funções de livre provimento exclusivamente nas unidades escolares, com as seguintes configurações:

a) classe I – serviços de apoio operacional:

- 1) agente de serviços gerais;
- 2) agente de vigilância e zeladoria;
- 3) auxiliar de merendeira;
- 4) merendeira.

b) classe II – serviços de apoio ao aluno:

- 1) agente de apoio ao aluno;
- 2) atendente de enfermagem;
- 3) auxiliar de enfermagem;
- 4) enfermeiro.

c) classe III: serviços administrativos:

- 1) auxiliar técnico de educação I e II;
- 2) secretário de escola;
- 3) técnico em contabilidade;
- 4) assistente técnico em informática.
15. direito de enquadramento por evolução e promoção para os comissionados estáveis e não-estáveis; garantia de participação em Projeto Especial de Ação (PEA) a todos os professores, incluindo os readaptados, independentemente de estarem ou não em regência;
16. garantia de inclusão na Jeif a todos os professores que por ela optarem;
17. direito de recesso em julho para os CEIs;
18. direito de intervalo para os professores de CEIs;
19. contagem do tempo de ADI para todos os efeitos no cargo de professor de educação infantil e professor de educação infantil e ensino fundamental I;
20. realização urgente de concursos para o quadro de apoio e fim das terceirizações.

CAMPANHA SALARIAL 2011

3 - ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES E CONDIÇÕES DE TRABALHO:

1. fim dos serviços terceirizados;
2. alteração dos módulos, com a ampliação de docentes e pessoal do quadro de apoio, considerando as especificidades de cada unidade quanto à quantidade de turnos, salas, aulas, número de alunos e alunos com necessidades especiais;
3. retorno dos CEIs indiretos para a rede direta;
4. não realização de reformas, ampliação e manutenção predial em período de funcionamento das unidades;
5. ampliação da rede física escolar para atendimento integral à demanda existente na educação infantil, no ensino fundamental regular e na Educação de Jovens e Adultos;
6. adequação de todos os prédios ao uso de sua finalidade e cumprimento da lei que dispõe sobre acessibilidade;
7. ampliação da rede, considerando a infraestrutura necessária ao trabalho pedagógico de qualidade, com acompanhamento especializado junto à equipe escolar, contemplando desde a construção física, com adaptações adequadas aos portadores de necessidades especiais, até os espaços especializados de atividades artístico-culturais, esportivos, recreativos e a adequação de equipamentos e espaços específicos para trabalho de apoio aos alunos com dificuldade de aprendizagem;
8. ampliação dos projetos de atendimento às crianças com necessidades especiais, realizados nas próprias unidades, com professores capacitados para a prestação desse serviço e garantir na unidade educacional a permanência do profissional de educação que se dispuser a atender a esses projetos e a esses alunos;
9. alteração das atuais formas de desenvolvimento das jornadas de trabalho, para que, individualmente e coletivamente, seja possível o trabalho docente. Estudo, desenvolvimento e execução de projetos;
10. criação de espaços de incentivo à leitura e ao estudo individual, como condições especiais na direção do aprimoramento do trabalho educativo e da superação pessoal dos profissionais de educação;
11. reorganização do currículo, do espaço físico e dos equipamentos escolares na perspectiva de rever criticamente os processos de conhecimento em desenvolvimento nas escolas de educação infantil, de educação especial e de ensino médio, avaliando o desenvolvimento da concepção de infância nos agrupamentos da educação infantil, sua articulação com o ensino fundamental com duração de nove anos;
12. inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais e não apenas sua inserção, sem nenhum apoio técnico, pedagógico e material para os profissionais do ensino, com redução de alunos mediante estudo específico de acordo com os tipos e necessidades;
13. construção de unidades de educação infantil com infraestrutura abrangendo os espaços pedagógicos, de recreação e lúdico;
14. autonomia da unidade escolar para cadastro, efetivação de matrículas e transferências de alunos;
15. professores orientadores de sala de leitura (POSLS) e de informática (Poies) nas Emeis;
16. professores de Educação Física e Arte nas unidades de educação infantil;
17. manutenção nos CEIs do módulo de saúde (auxiliares de enfermagem), também extensivo às Emeis, em respeito à concepção de que as instituições de educação infantil devem cuidar e educar;
18. cumprimento da proporção criança/espaço físico, para garantir o atendimento à criança pequena, considerando o espaço físico necessário, com a existência de materiais pedagógicos e mobiliários projetados para um projeto pedagógico pensado para cada faixa etária;

19. programas de segurança para as escolas e implementação de políticas de inclusão social (esportes, cultura, lazer etc.) que visem ao combate à violência, prioritariamente, nos bairros com maior índice de violência e tráfico de drogas;
20. gestão coletiva com efetivo funcionamento do Conselho de Escola;
21. efetiva participação do Conselho Tutelar nas escolas, com visitas periódicas de maior intensidade, criando um canal maior de contato e comunicação com as unidades escolares, como também melhor formação dos conselheiros para atender aos princípios de uma escola democrática, laica, inclusiva e de qualidade social;
22. autonomia da escola na elaboração, execução e avaliação de planos e projetos, respeitados os princípios e diretrizes do Plano Municipal de Educação;
23. sala para o quadro de apoio em todas as unidades de trabalho, com infraestrutura adequada;
24. direito de participação no PEA a todos os docentes, incluindo os readaptados, independentemente da jornada de trabalho.

4 - SAÚDE DO TRABALHADOR:

1. melhoria das condições e atendimento no Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM);
2. descentralização do atendimento ambulatorial, com especialidades médicas, exames por imagens e laboratoriais;
3. atendimento médico domiciliar para servidores que apresentam incapacidade de locomoção;
4. implementação de medidas voltadas à prevenção e assistência à saúde do servidor;
5. reconhecimento das doenças profissionais;
6. distribuição gratuita de medicamentos para os servidores;
7. atendimento odontológico para os servidores municipais;
8. apoio técnico e financeiro, por parte da Prefeitura, destinado a melhorar as condições de trabalho e a erradicar e prevenir a incidência de doenças profissionais;
9. investimento na proteção, prevenção da saúde do trabalhador;
10. descentralização do atendimento médico ambulatorial e com especializações, facilitando o agendamento de consultas e exames;
11. modernização e ampliação da aparelhagem de exames por imagem e exames laboratoriais;
12. estender o atendimento do HSPM aos filhos de servidores, independentemente da idade, com necessidades especiais – deficiências físicas, mentais, auditivas e oftalmológicas;
13. contratação por concurso de profissionais das diversas áreas da saúde para melhor atender aos servidores e seus dependentes;
14. criação de equipes multidisciplinares para atendimento domiciliar daqueles que estiverem impossibilitados de locomoção;
15. criação do Programa de Assistência e Prevenção à Saúde do profissional de educação;
16. reconhecimento das doenças do trabalho;
17. adoção de medidas preventivas, assistência e proteção à saúde e reabilitação profissional, como política permanente do governo de proteção à saúde dos profissionais de educação.

5 - EDUCACIONAL E FORMAÇÃO:

1. garantia de condições para a efetivação do trabalho pedagógico e administrativo sistemático que favoreça a real implantação do ciclo;
2. realização da reorganização curricular, considerando a organização do ensino em ciclos e as diferentes etapas de desenvolvimento da capacidade de aprendizagem dos alunos;

CAMPANHA SALARIAL 2011

3. laboratórios de informática com número de computadores e Poies em proporção ao número de alunos, salas e turnos das unidades escolares;
4. implementação de ações planejadas de formação continuada, a ser realizada pela DOT/DRE, para os profissionais de educação envolvidos com o ensino fundamental, visando à compreensão de como atuar nos ciclos;
5. realização de reuniões/seminários, considerando-os como dia letivo, para realizar a avaliação do projeto pedagógico da unidade, os resultados alcançados e as alterações necessárias;
6. garantia de os meios, espaço, material e profissionais de educação para o acompanhamento individualizado dos alunos, principalmente daqueles com dificuldade de aprendizagem;
7. implementar a avaliação contínua e diagnóstica acompanhada das condições necessárias para executar atividades que permitam aos alunos superar dificuldades, sem promoção automática e com direito à recuperação paralela;
8. reorganizar o ensino em ciclos considerando a progressão do aluno em contraposição às idéias de promoção automática ou de retenção;
9. garantir todas as condições para assegurar a realização de recuperação paralela dos educandos com defasagem de aprendizagem, desenvolvida por professores remunerados para tal fim e integrada ao projeto pedagógico da escola;
10. implantação da avaliação coletiva e global no final de cada ciclo;
11. redução do número de alunos por sala/turma no ensino regular e nas escolas de educação especial;
12. redução do número de alunos por sala/turma da EJA;
13. alteração da lei, para que seja restabelecida a aplicação de 30% exclusivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos que determina a LDB;
14. instalação dos Centros de Formação em cada DRE, conforme acordo firmado na data-base 2010, adequadamente equipado com materiais educativos, biblioteca, videoteca, entre outros recursos, como espaços de produção coletiva de novos conhecimentos sobre a escola, a sala de aula, os processos educativos, novas metodologias, novas formas de organizar a sala de aula e o trabalho pedagógico, de modo a transformar as condições da escola pública e da educação;
15. adoção de política de formação continuada articulada com a construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola, com a participação dos professores, gestores, pessoal de apoio, estudantes, pais e movimentos sociais;
16. valorização da formação dos servidores, com reconhecimento dos cursos promovidos pelos sindicatos para fins de evolução funcional;
17. incentivo e valorização aos projetos de trabalho e investigação que tenham como objetivo o acesso ao conhecimento, o desenvolvimento de novos métodos no trato do currículo escolar, novas alternativas metodológicas em sala de aula, utilização de novas linguagens, multimídias e informática nos processos pedagógicos e de ensino/aprendizagem e as múltiplas dimensões da formação humana;
18. cursos de formação para o quadro de apoio, com reconhecimento para enquadramento de evolução funcional;
19. não vinculação do alcance às metas à compensações por gratificação, bônus e/ou prêmios;
20. realização de estudos periódicos da demanda por região;
21. realização periódica de reorientação curricular, com redefinição dos conteúdos, reorganização do trabalho pedagógico e organização do ensino, com a participação efetiva dos profissionais de educação;
22. programa de formação continuada para os profissionais em educação de CEIs, Emeis, Emefis, Emefms e Emees, com garantia de igualdade de oportunidades, através de cursos de graduação e/ou pós-graduação oferecidos, por universidades públicas em convênio com a SME;
23. cursos de formação para os cipeiros;
24. instalação dos Conselhos Regionais de Gestão Participativa na Educação;
25. utilização das horas adicionais e atividades das jornadas, bem como parte das jornadas dos gestores e dos demais profissionais de educação para a formação profissional e programas de incentivo à cultura geral;
26. criação de um programa especial de formação e capacitação para os profissionais de educação, voltado para o trabalho com alunos portadores de necessidades especiais e com dificuldade de aprendizagem.
27. repensar a relação adequada nas salas onde houver alunos com necessidades especiais;
28. criação de centros públicos estatais de apoio interdisciplinar para alunos da rede pública municipal com necessidades educacionais especiais, bem como às suas famílias e às escolas para os casos não compatíveis com a inclusão;
29. garantia de transporte escolar com adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldades de locomoção;
30. participação das Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Esportes, Meio Ambiente e Assistência Social no desenvolvimento de programas de apoio às crianças e aos adolescentes com necessidades especiais;
31. formação de equipes multidisciplinares que atendam poucas unidades escolares em cada região, prestando o atendimento necessário às crianças e aos adolescentes em com necessidades especiais e/ou em condições de risco e de suas famílias;

6 - ADMINISTRATIVAS GERAIS:

1. realização da reforma administrativa na SME, que lhe garanta a autonomia na execução do orçamento da educação;
2. orçamento participativo: a gestão da receita vinculada à educação deve ser de responsabilidade dos órgãos centrais, com transparência e participação dos demais órgãos do sistema de ensino e da comunidade na definição de prioridades;
3. que seja da competência de SME, com a participação da sociedade, através das suas organizações representativas, a definição de programas, investimentos, planos de expansão da rede física;
4. criação e funcionamento do Conselho de Estudo da demanda, com membros dos Conselhos de Escola e Regionais de Gestão Participativa;
5. transformação das Diretorias Regionais de Educação em órgãos de coordenação e apoio ao processo pedagógico nas unidades educacionais e apoio funcional aos profissionais da educação;
6. criação da carreira de pessoal técnico-administrativo para ocupação de cargos e funções nos órgãos de SME;
7. redefinição das atribuições das DREs: sua tarefa essencial será a de coordenar o trabalho educacional na região a partir da realidade e das necessidades das unidades escolares com relação a recursos humanos, materiais e orientação técnica, conciliando a autonomia das unidades escolares com a defesa do sistema público de ensino.

7 - COMBATE À VIOLÊNCIA

1. afastamento e proteção imediata aos profissionais de educação sob risco de vida ou agressão nas escolas, sem perdas de direitos;
2. criação de um núcleo, pela SME, para discutir a violência e ações para enfrentá-la no ambiente escolar.

BALANCETE FINANCEIRO DO SINPEEM Período: de 01/06/2010 a 31/12/2010

	em milhões
Receitas correntes.....	10.270
Despesas correntes.....	7.159
Saldo no período.....	3.111

SINPEEM quer ampliação das referências das tabelas dos docentes e gestores

Os profissionais de educação resistiram e conseguiram manter e até ampliar, caso do quadro de apoio, a quantidade de referências das tabelas de vencimentos. Outros quadros da Prefeitura tiveram ainda durante o governo da ex-prefeita reestruturações que acabaram com o desenvolvimento na carreira e consequentemente com a possibilidade de enquadramentos nos graus B, C, D, E de maior valor remuneratório.

Para eles, o prejuízo da mudança foi enorme. Prejuízo agravado com as modificações ocorridas na Previdência, que implicaram em maior tempo de contribuição e idade para a aposentadoria, que também tem suas consequências para os profissionais de educação.

Hoje, os profissionais de educação, bem como os demais servidores, permanecem em atividade por mais tempo para cumprir

os requisitos legais para a aposentadoria.

Não pode deixar de existir mecanismos de evolução e promoção e quantidade de referências compatível com as novas regras da Previdência.

O SINPEEM, que conquistou o aumento da quantidade de referências para os agentes escolares e também para os ATEs, exige que o governo amplie as referências das tabelas dos docentes e gestores.

Governo encerra 2010 sem investir R\$ 54 milhões do Fundeb

Demonstrativo de despesas do governo municipal, publicado no DOC de 29 de janeiro de 2011, indica que R\$ 54 milhões repassados pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), em 2010, simplesmente deixaram de ser gastos pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

No mínimo, uma incoerência para um município que possui, só na educação infantil (CEIs e Emeis), um déficit de mais de 160 mil vagas.

A educação municipal de São Paulo já foi prejudicada quando a ex-prefeita Marta Suplicy reduziu o percentual mínimo destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino de 30% para 25%, num mo-

mento crítico, quando a rede contava com 54 escolas de lata, superlotação das salas de aula, escolas funcionando em quatro turnos, salários defasados, entre outros problemas.

Isso significa que os profissionais de educação foram duplamente atingidos: primeiro pela redução promovida pela ex-prefeita Marta Suplicy e, agora, com a não aplicação integral dos recursos do Fundeb pelo prefeito Kassab.

O SINPEEM, coerente e com a atuação de quem lutou contra a redução e pela aplicação das receitas da educação, lutará para que os recursos sejam aplicados integralmente na valorização salarial dos docentes, gestores e quadro de apoio.

MEC fixa piso nacional docente em R\$ 1.024,00 para 40 horas semanais

O governo federal, através de campanha publicitária em todos os veículos de comunicação, vem divulgando as diretrizes e metas para os próximos 10 anos, contidas na sua proposta de Plano Nacional de Educação, o que considera uma mudança estratégica na educação.

No entanto, a lei que dispõe sobre o piso nacional, apresentada pelo MEC, aprovada pelo Congresso Nacional, sancionada pelo presidente Lula e apresentada nas campanhas do governo federal, como prova de seu compromisso com a valorização dos professores, fixa seu valor em R\$ 1.024,00 para 40 horas/relógio e deixa claro a contradição entre a propaganda e a realidade.

Ainda que muitos municípios pratiquem valores menores, é impossível não reconhe-

cer que é uma vergonha nacional uma remuneração de R\$ 512,00 para a jornada de 20 horas.

Em São Paulo conseguimos, com a nossa luta, fixar o piso para o professor com licenciatura plena, com jornada de 30 horas, em R\$ 2.397,00, sem considerar quinquênios e demais benefícios como vale-refeição, auxílio-alimentação e adicional de difícil acesso. Valor superior ao dobro do fixado pelo MEC para 40 horas e aos salários pagos pela maioria de governos estaduais e municipais, mas ainda considerado insatisfatório pelo SINPEEM.

O sindicato cobra a elevação do valor do piso nacional docente, não aceita sua aplicação na Prefeitura de São Paulo e luta para aumentar o valor que já conquistamos.

PUBLICAÇÕES NO DOC

COMUNICADOS

nº 001/Cogep/2010 (DOC de 31/12/2010, páginas 24 a 27) – dispõe sobre os Protocolos Técnicos do Departamento de Saúde do Servidor (DESS) atualizados com as principais patologias geradoras de licenças médicas e os protocolos para exames médicos admissionais.

nº 002 (DOC de 06/01/2011, página 35) - dispõe sobre a republicação da relação de vagas a serem oferecidas aos candidatos ao cargo de supervisor escolar.

DECRETOS

nº 52.087 (DOC 19/01/2011, páginas 01 e 02) - fixa normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2011.

nº 52.090 (DOC de 20/01/2011, página 01) - aprova o Regimento Interno do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

nº 52.115 (DOC de 05/02/2011, página 01) - confere redação ao artigo 22 do Decreto nº 46.861, de 27/12/2005, que dispõe sobre a concessão das aposentadorias e pensões dos servidores públicos do município de São Paulo.

PROTOCOLO

CME nº 50/10 (DOC de 07/01/2011, página 08) - dispõe sobre as diretrizes para a matrícula no ensino fundamental com base no Parecer CNB nº 12/10.

PORTARIAS

nº 212 (DOC de 07/01/2011, página 08) - dispõe sobre a aprovação da Indicação CME nº 16/10, que trata das diretrizes para matrícula no ensino fundamental.

nº 61 (DOC de 22/01/2011, página 01) - divulga os dias de feriados no ano de 2011 para cumprimento pelos órgãos da administração direta, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais.

nº 1.214 (DOC de 11 de fevereiro, página 08) – dispõe sobre a dispensa de ponto para a reunião de representantes sindicais do SINPEEM de 15/02/2011.

CONVÊNIOS COM O SINPEEM

ENSINO SUPERIOR

- ❑ **Centro Universitário Assunção (Unifai)** - fone 5087-0199, www.unifai.edu.br
- ❑ **Centro Universitário Capital (Unicapital)** - fone 2065-1000, www.unicapital.edu.br
- ❑ **Centro Universitário Ítalo Brasileiro** - fone 5645-0099, www.italo.br
- ❑ **Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson (Unar)** - fone 0800-7228030, www.unar.edu.br
- ❑ **Centro Universitário Fieo (Unifio)** - fones 3651-9999, 36519965 e 3654-0655, www.unifio.br
- ❑ **Centro Universitário Metropolitano de São Paulo (FIG-Unimesp)** fone 3544-0333, www.fig.br
- ❑ **Centro Universitário Nove de Julho (Uninove)** - fone 2633-9000, www.uninove.br
- ❑ **Centro Universitário Sant'Anna (Uni Sant'Anna)** - fone 2175-8000, www.unisantanna.br
- ❑ **Centro Universitário São Camilo** - fone 0800-178585, www.saocamilo-sp.br
- ❑ **Cogea-PUC/SP** - fone 3124-9600, www.pucsp.br/cogea
- ❑ **Cursos de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Ensino Médio (Cadem)** - fones 5641-3555 e 5641-3577, www.colegiocadem.com.br
- ❑ **Faculdade Guaianás** - fone 2016-9600, www.faculdadeguaianas.com.br
- ❑ **Faculdade Impacta Tecnologia (FIT)** - 3262-5007, www.impacta.edu.br
- ❑ **Faculdade Método de São Paulo (Famesp)** - fone 5074-1010, www.famesp.edu.br
- ❑ **Faculdade Mozarteum de São Paulo (Famosp)** - fone 2236-0788, www.mozarteum.br
- ❑ **Faculdade Sumaré** - fones 3067-7999 e 0800-55-1121, www.facsuamare.com.br
- ❑ **Faculdades Integradas Campos Salles** - fone 3649-7000
- ❑ **Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)** - fone 0800-0163766, www.fiamfaam.br
- ❑ **Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fespsp)** - fone 3123-7800, www.fespsp.org.br
- ❑ **Instituto de Formação para a Educação (Posead) - Universidade Gama Filho** - fone 3266-3833, www.posead.com.br
- ❑ **Instituto Nacional de Pós-Graduação (INPG)** - fone 3095-8400, www.inpg.com.br
- ❑ **Radial - Faculdades e Centro de Educação Tecnológica** - fone 5524-8910, www.radial.br
- ❑ **Senac São Paulo** - www.sp.senac.br
- ❑ **Universidade Bandeirantes (Uniban)** - fone 4007-1833, www.uniban.br
- ❑ **Universidade Braz Cubas (UBC)** - 4791-8213 e 0800-196144, www.brazcubas.br
- ❑ **Universidade do Grande ABC (UniABC)** - fones 4991-9800 e 0800-0194233, www.uniabc.br
- ❑ **Universidade Camilo Castelo Branco (Unicastelo)** - fone 0800-170099, www.unicastelo.br
- ❑ **Universidade Gama Filho** - fone 2714-5690, www.posugf.com.br
- ❑ **Universidade de Mogi das Cruzes (UMC)** - fone 4798-7000, www.umc.br
- ❑ **Universidade Ibirapuera (Unib)** - fone 5091-1155
- ❑ **Universidade Paulista (Unip)** - www.unip.br

SAÚDE

- ❑ **Centro Auditivo Phonak** - fone 3747-7222, www.phonakbrasil.com.br

- ❑ **Centro Auditivo Audimundi** - fone 4304-6040, www.audimundi.com.br
- ❑ **CB & JR Seguros** - fone 2281-6221
- ❑ **Clínica SIG Estética** - fone 2281-9374, www.sigestetica.com
- ❑ **Qualicorp Soluções em Saúde** - fone 3178-4000, www.qualicorp.com.br

AUTOMÓVEIS

- ❑ **Chappa Som e Film - acessórios** - fone 5841-7000
- ❑ **Marcelo Rocha Corretora de Seguros Ltda.** - fones 2851-8126 e 2851-8129, segurodecarro@hotmail.com

ESCOLAS DE IDIOMAS

- ❑ **CCAA** - www.ccaa.com.br
- ❑ **Fisk** - www.fisk.com.br
- ❑ **Wizard** - www.wizard.com.br

MÚSICA

- ❑ **Artenova Escola de Música** - fones 2950-9798 (unidade 1) e 2934-1076 (unidade 2), www.artnovamusica.com.br

HOTÉIS E POUSADAS

- ❑ **Chalé Parque Aquático** - (19) 3898-1838 e 9685-9836, www.chaleparqueaquatico.com.br
- ❑ **Hotel Acapulco** - (22) 2643-5445, www.hotelacapulco.com.br
- ❑ **Hotel Fazenda Três Poderes** - (12) 3887-3040 e 3861-1618, www.hotel3p.com.br
- ❑ **Hotel Mantovani** - 0800-110143, (19) 3824-1000 e 38141911, www.hotelmantovani.com.br
- ❑ **Hotel Pousada Jurumirim** - (14) 3351-2450, 33-51-2465 e 3351-2466, www.pousadajurumirim.com.br
- ❑ **Hotel San Tiago** - (19) 3398-1347 e 9604-4755, www.lindoia.com.br
- ❑ **Mafisa colônias de férias** - (11) 3104-4828, www.mafisacolônias.com.br
- ❑ **Pauba Beach Hotel** - (12) 3865-6465, www.paubabeach.com.br
- ❑ **Plazza Hotel** - (19) 3824-1411, www.hotelplazza.com.br
- ❑ **Pousada Aquarium** - (22) 2623-6884, www.pousadaaquarium.com.br
- ❑ **Pousada Canto Verde** - (11) 3711-3646 e 3865-3335, www.pousadacantoverde.com.br
- ❑ **Pousada da Frida** - (35) 3438-2879, (11) 3986-0268, www.pousadadafrida.com.br
- ❑ **Pousada Iguatiba** - (12) 3974-7216, www.pousadaiguatiba.com.br
- ❑ **Primar Plaza Hotel** - (14) 3815-3177 - (11) 2978-5515 e 2978-4035, www.primarhotel.com.br
- ❑ **Pousada Praia Mirim** - (13) 3232-1166 / 3472-7527
- ❑ **Pousada Recanto dos Pinheiros** - (11) 2421-5890, 7478-0050, 9126-9906 e 9248-3188, www.pousadarecantodospinheiros.com.br
- ❑ **Pousada Refúgio de Maresias** - (12) 3865-6280, www.refugiomaresias.com.br
- ❑ **Pousada Torre Branca** - (11) 3717-1834 e (35) 3438-1833, www.torrebranca.com.br
- ❑ **Pousada Vale dos Eucaliptos** - (11) 3815-4500, www.valedoseucaliptos.com.br
- ❑ **Pousada Villa Alferes** - (32) 3355-2324, www.villaalferes.com.br
- ❑ **Pousada Villa di Fiori** - (13) 3232-1281, www.pousadavilladifiori.com.br
- ❑ **Senac São Paulo - Grande Hotel São Pedro e Grande Hotel Campos do Jordão** - www.sp.senac.br

Projeto que dispõe sobre a transformação de agente escolar e organização da carreira de apoio tramita na Câmara Municipal



Fernando Cardozo/26/08/2008

SINPEEM exige pagamento de diferença por exercício para o ATE

Para a SME, a carreira de auxiliar técnico de educação, mesmo daqueles que já integravam o quadro de apoio antes da aprovação da Lei nº 14.660/07, está configurada em classe única, ignorando aqueles que, até a aprovação da lei, tiveram investidura na carreira como ATE I ou ATE II, levando as unidades a determinarem o cumprimento de atribuições que se ca-

racterizam como desvio ilegal de funções.

Como há resistência do governo em admitir que comete ilegalidade, indicamos que os ATEs que estão sendo prejudicados com o direito de exercerem as atribuições próprias do seu cargo, que procurem o SINPEEM para que o sindicato ingresse na Justiça com ação contra o desvio de função.

Sindicato conquista três grupos de Jeif para Emeis

Após várias reuniões de negociação, atendendo à reivindicação do SINPEEM, a Secretaria Municipal de Educação publicou na página 12 do DOC de 14 de dezembro a Portaria nº 6.111, acrescentando ao artigo 7º da Portaria nº 5.555 o parágrafo 3º, que garante às Escolas Municipais de Educação Infantil (Emeis) com dois turnos de seis horas a formação de três grupos de

Jeif, considerando os turnos de trabalho dos professores, respeitados os horários de funcionamento das unidades.

Esta Portaria ratificou o resultado das negociações entre a SME e o SINPEEM, que luta para que não haja prejuízos aos profissionais de educação. Uma importante vitória do sindicato na luta pelo atendimento às reivindicações da categoria.

De autoria do vereador Claudio Fonseca, também presidente do SINPEEM, o Projeto de Lei que dispõe sobre a mudança da denominação de agente escolar para ATE e integra o agente de apoio ao Quadro dos Profissionais de Educação está tramitando na Câmara Municipal.

Além de dispor sobre as questões acima, o projeto também dispõe sobre toda a organização do Quadro de Apoio à Educação, composto hoje pelos

cargos de agente escolar e ATE.

No ano passado, o projeto recebeu parecer favorável da maioria dos membros da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal. Agora, depende dos pareceres das Comissões de Administração e de Orçamento e Finanças para ser votado em plenário e, se aprovado pela maioria dos vereadores, ser submetido à decisão do prefeito, que poderá sancioná-lo ou não.

Sindicato conquistou quatro referências para a evolução do quadro de apoio

A ampliação do número de referências na Tabela de Vencimentos para o agente escolar até o QPE-08E, prevista na Lei nº 15.215, de 25 de junho de 2010, representa uma importante vitória do SINPEEM na luta pela valorização deste importante segmento do ensino municipal.

Com isso, a evolução funcional do agente escolar ganhou mais quatro referências, considerando o tempo, títulos e ati-

vidades, com critérios a serem estabelecidos em decreto.

Os critérios foram estabelecidos pela Portaria nº 6.215, de 20 de dezembro de 2010 e está disponível no site do SINPEEM. Como não basta somente a ampliação, queremos também que sejam reduzidos os interstícios de tempo e revista a pontuação por títulos para que todos tenham condições de evoluírem até a última referência da tabela.

■ NA LINHA DO TEMPO

1992

NO SINPEEM

SINPEEM conquista a aprovação do Estatuto do Magistério, que organizou e assegurou: plano de carreira do magistério, jornada especial integral (antiga jornada de trabalho integral), investimentos em concursos, concurso de acesso, evolução funcional, organização do quadro do ensino, gestão democrática com conselho deliberativo, criação do cargo de professor adjunto; direito de afastamento sindical para participação da categoria em congressos, reuniões de representantes, entre outros.

A conquista da Jornada Especial Integral foi o resultado concreto da defesa e vitória do SINPEEM pela melhoria da qualidade de ensino. A JEL, implantada somente no município de São Paulo, nada mais é que reconhecimento do trabalho do professor, que envolve a regência e todas as atividades correlatas. Com a medida, o professor passou a cumprir 25 horas em sala de aula e a ter 15 horas para o planejamento de aulas, discussões e desenvolvimento de projetos para melhorar o ensino público.

NO BRASIL

- 17 de fevereiro** - morre o ex-presidente Jânio Quadros.
- 27 de maio** - em entrevista à revista Veja, Pedro Collor de Mello denuncia o esquema PC Farias, o que levaria ao impeachment do irmão Fernando Collor de Mello.
- 01 de setembro** - Barbosa Lima Sobrinho entrega à Câmara dos Deputados o pedido de impeachment contra o presidente Collor.
- 16 de agosto** - Tem início no Brasil, o movimento dos Caras-Pintadas, jovens estudantes que saíram às ruas pedindo a saída do presidente Collor.
- 29 de setembro** - o Congresso Nacional do Brasil aprova o impedimento do presidente Fernando Collor de Mello.
- 02 de outubro** - chacina na Casa de Detenção do Carandiru, em São Paulo.
- 02 de outubro** - o presidente Fernando Collor de Mello é afastado do cargo.
- 12 de outubro** - morre Ulysses Guimarães. Importante político brasileiro, presidiu, em 1988, a Assembléia Nacional Constituinte.
- 28 de dezembro** - a atriz Daniella Perez é assassinada no Rio de Janeiro.
- 29 de dezembro** - Fernando Collor de Mello renuncia à Presidência do Brasil após processo de *impeachment* e mesmo assim tem seus direitos políticos suspensos por oito anos. O vice-presidente Itamar Franco assume a Presidência da República.

FIQUE POR DENTRO

Recadastramento anual é obrigatório para servidores ativos e aposentados

Todos os servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas da administração direta devem fazer o recadastramento de 2011 no mês de seu aniversário.

Devem apresentar documento de identificação com fotografia e demonstrativo de pagamento, nas unidades de recursos humanos da Prefeitura.

Não serão aceitos documentos de identificação em fotocópias simples ou sem fotografia. O recadastramento é presencial.

Os servidores com dois vínculos deverão se recadastrar apenas em um – o recadastramento do segundo vínculo será automático.

LOCAIS PARA RECADASTRAMENTO

- servidores ativos: na Unidade de Recursos Humanos (URH) da Secretaria ou na Supervisão de Gestão de Pessoas (Sugesp) da subprefeitura em que estiver lotado;
- servidores inativos: preferencialmente na Unidade de Recursos Humanos (URH) da Secretaria ou na Supervisão de Gestão de Pessoas (Sugesp) da subprefeitura na qual se aposentou;
- pensionistas: no Departamento de Recursos Humanos (DRH), da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) da Secretaria Municipal de Gestão (SMG) – rua Líbero Badaró, 425, térreo, Centro, das 9h às 16h – ou por meio do recadastramento presencial em cartório.

Quem não se recadastrar terá o pagamento suspenso e só voltará a recebê-lo depois que o Departamento de Recursos Humanos regularizar a situação.

Mais informações sobre o Recadastramento 2011 podem ser obtidas no portal da Prefeitura na Internet (www.prefeitura.sp.gov.br/recadastramento)

SINPEEM participa do 31º Congresso da CNTE

Noventa e três delegados do SINPEEM participaram do 31º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), realizado entre os dias 13 e 16 de janeiro, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília.

Com o tema “*O PNE na visão dos trabalhadores em educação*”, o evento contou com a participação de 2.500 trabalhadores em educação indicados por 41 entidades filiadas à CNTE de 26 Estados, 14 municípios e o Distrito Federal. Na ocasião, Roberto Franklin Leão foi reeleito presidente da CNTE para o próximo triênio.

Na pauta, qualidade do ensino, profissionalização dos jovens, investimentos em educação, valorização profissional, entre outros temas.

MEC apresenta proposta de PNE com 20 metas genéricas sem explicar como serão viabilizadas

Em dezembro de 2010, o Ministério da Educação apresentou a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) para a próxima década (2011 a 2020), enviada ao Congresso para apreciação e votação.

Para o SINPEEM, o PNE precisa ter como uma de suas principais metas a valorização profissional e salarial de todos os profissionais de educação.

Salários condizentes com o trabalho que desempenham e condições dignas e adequadas de trabalho são condições básicas e primordiais para que a educação seja, de fato, reconhecida como prioridade e o caminho para que haja avanços na melhoria do ensino em todo o país. As metas estão disponíveis no site do MEC (www.mec.gov.br).

ESPAÇO DOS APOSENTADOS

Estamos iniciando mais um ano de atividades. Aproveitamos a oportunidade para agradecer a todos pela participação no Núcleo dos Aposentados em 2010 e esperamos que neste ano continuemos o nosso movimento pela manutenção e ampliação dos nossos direitos e reivindicações.

Para isso, contamos com a presença de todos os aposentados (**docentes, gestores e quadro de apoio**) nas nossas reuniões, que serão realizadas sempre na primeira terça-feira de cada mês, às 14 horas, no Centro de Formação do SINPEEM (rua Guaporé, 240, Metrô Armênia).

CONGRESSO DA CNTE

O Núcleo de Aposentados marcou presença no 31º Congresso da CNTE, ocorrido em janeiro, em Brasília. Na ocasião foram debatidas as atividades dos sindicatos em suas respectivas regiões. O Núcleo também participou da elaboração do projeto da Secretaria de Aposentados da CNTE para o triênio 2011 a 2013.

Na reunião de março continuaremos a organização do nosso cronograma de atividade para 2011, iniciada em fevereiro.



Na primeira reunião do Núcleo dos Aposentados, ocorrida em 07 de fevereiro, iniciamos o debate sobre a importância da participação dos aposentados na campanha salarial de 2011.

Próximas reuniões: 01/03, 05/04 e 03/05

SME aprova Parecer sobre a Educação de Jovens e Adultos

O Conselho Municipal de Educação (CME) publicou em dezembro Parecer favorável à nova estrutura curricular na reorganização da EJA proposta pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

De acordo com o parecer, a medida tem como finalidade combater a evasão e assegurar a aprendizagem dos estudantes matriculados na EJA.

No entanto, o Conselho Municipal de Educação fez as seguintes considerações e recomendações:

- a) a estrutura curricular precisa valorizar projetos interdisciplinares efetivados pelos professores e/ou com diferentes parcerias;
- b) a SME pode flexibilizar o número de alunos por classe, quando isso for adequado;
- c) o componente Educação Física deverá ser incluído na matriz que traz a estrutura curricular do curso;
- d) na estrutura curricular, substituir “área de conhecimento” por “componente curricular”;
- e) além de 75% da presença total obrigatória, deve ser observada a frequência de 50%, no mínimo, por componente curricular, tal como dispõem a Deliberação CME nº 03/97 e a Indicação CME nº 04/97 ;

- f) deve-se, contudo, envidar esforços para regularizar a frequência dos alunos por meio de programas de compensação de ausências que assegurem novas oportunidades de apropriação dos conteúdos trabalhados e outras ações de combate à evasão escolar.

FLEXIBILIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

A SME deve flexibilizar, por meio de programas e projetos, o atendimento a esta modalidade de ensino, com vistas a assegurar as peculiaridades que lhe são próprias.

Até o dia 31 de março de cada ano devem ser encaminhados ao CME relatórios com dados da matrícula inicial, evasão, retenção, promoção ao final de cada uma das etapas da EJA e as ações da SME.

O SINPEEM, considerando que a defesa do acesso à educação de qualidade em todas as etapas e modalidades do ensino integra a sua política permanente, da qual também faz parte a defesa dos direitos e reivindicações da categoria, entende que as orientações do CME devem ser debatidas com o sindicato.

SINPEEM defende ampliação da oferta de EJA

O SINPEEM entende que esta modalidade de ensino deve respeitar as particularidades, necessidades e características dos indivíduos sem, no entanto, ser tratado com preconceitos ou de forma rebaixada em sua importância.

Por esta razão, acreditamos que a reorganização das turmas em pólos não é adequada, pois dificulta o acesso dos alunos que trabalham e tem responsabilidades sociais e culturais em sua comunidade.

A consolidação de uma política de EJA, concretizada na garantia de formação integral, de alfabetização e das demais etapas de escolarização ao longo da vida, inclusive para aqueles em situação de privação de liberdade, deve ser pautada pela inclusão e qualidade social, gestão e financiamento que assegure isonomia da EJA em relação às demais etapas e modalidades da educação básica.

Conforme deliberado pela categoria, o SINPEEM reivindica:

- a) realização de campanha pública de massa em jornais, rádios e televisão;
- b) estabelecer o número máximo de 25 alunos por turma e não estabelecer um mínimo para não prejudicar o direito do cidadão de acesso à educação;
- c) contra as escolas pólo, pelo direito de os estudantes estudarem próximo à sua residência;
- d) atendimento ao público também no período noturno, para garantir a matrícula dos alunos trabalhadores;
- e) prioridade ao ensino presencial regular e supletivo de EJA e fim do ensino a distância;
- f) ampliação do número de cursos de EJA nas unidades escolares do ensino fundamental e médio, com currículos e modos de funcionamento adequados às necessidades da população à qual se destinam, garantindo os recursos pedagógicos, materiais e financeiros, com professores da própria unidade escolar;
- g) que o Município e o Estado realizem um censo educacional visando localizar a demanda de jovens e adultos “analfabetos” e ofereçam educação para todos;
- h) que a SME, em parceria com as Secretarias Municipais de Emprego, Trabalho e Renda, vincule as políticas de EJA com as de proteção contra o desemprego, geração de empregos e renda;
- i) exigir que a SME realize, anualmente, a chamada pública da EJA, utilizando todos os recursos e mídias.

SINPEEM defende direito de o servidor escolher banco

Não é de hoje que o SINPEEM vem lutando para que os servidores tenham a liberdade e o direito de escolherem o banco em que querem receber seus vencimentos ou realizar contratos de empréstimos com desconto em folha.

Isto já poderia ter acontecido. Mas, por decisão do governo federal, a escolha do banco foi adiada e os empréstimos em qualquer banco com direito ao desconto só poderá ser feita no final do contrato firmado entre a Prefeitura e Banco do Brasil.

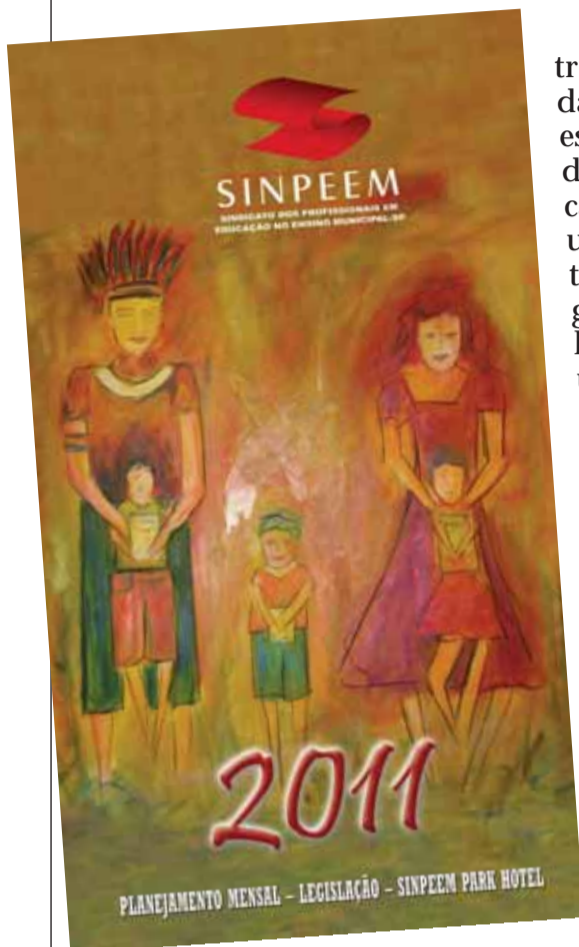
O Banco Central (Bacen) publicou no Diário Oficial da União (DOU) de 17 de janeiro a Circular nº 3.522, que “veda às instituições financeiras, na prestação de serviços e na contratação de operações, a celebração de convênios, contratos ou acordos que impeçam ou restrinjam o acesso de clientes a operações de crédito ofertadas por outras instituições, inclusive aquelas com consignação em folha de pagamento.”

Apesar desta determinação, vários Estados e Municípios, entre eles a cidade de São Paulo, celebraram convênios, por meio de decretos e contratos, com o Banco do Brasil para que os funcionários só pudessem contratar empréstimos consignados com o referido banco.

Como o Banco Central proibiu a exclusividade, mas não cancelou os contratos antigos, os servidores públicos municipais só poderão escolher os bancos de sua preferência para efetuar empréstimos consignados a partir de 2015, quando vence o contrato firmado com a Prefeitura em janeiro de 2010. Na época, Banco do Brasil comprou a folha de pagamento dos mais de 210 milhões de funcionários públicos municipais por R\$ 726 milhões.

O SINPEEM defende o fim da exclusividade do Banco do Brasil na concessão de crédito consignado aos servidores públicos da Prefeitura de São Paulo.

Associados e escolas recebem material do SINPEEM



Para facilitar a organização de trabalhos e o acompanhamento das atividades programadas para este ano, o SINPEEM enviou a todos os associados e unidades educacionais a Agenda 2011, que traz uma breve trajetória do sindicato, com fotos que marcaram alguns dos principais momentos da luta do sindicato, ao longo dos últimos 21 anos, em defesa da educação pública e dos direitos e reivindicações da categoria.

Ainda na Agenda do SINPEEM 2011, o associado encontrará espaço para o seu planejamento mensal, resumo da legislação vigente e programação do SINPEEM Park Hotel.

Além da agenda, que deve ser integrada ao acervo de cada unidade, o sindicato também enviou os calendários 2011 – escolar, de parede e de mesa, nos quais constam as datas das reuniões de representantes

sindicais, do Conselho Geral, dos cursos de formação sindical e do 22º Congresso do SINPEEM.

SINPEEM tem convênios nas áreas de educação, saúde e lazer



O SINPEEM mantém convênios com faculdades e universidades para facilitar aos associados o ingresso em cursos de nível superior, bem como com escolas de idiomas e de música, que oferecem descontos especiais aos associados, a maioria extensivos aos seus familiares.

Sendo a saúde também uma das grandes preocupações do sindicato, a entidade, além de lutar por um sistema de saúde pública que assegure atendimento gratuito e universal, mantém convênios médicos, odontológicos e com laboratórios.

Além do SINPEEM Park Hotel, em Ibiúna (a 90 km da Capital), o sindicato mantém convênio com hotéis, pousadas e agência de viagens. Também promove passeios para cidades históricas, hotéis-fazenda, entre outros locais, para grupos de profissionais que estão na ativa e aposentados.

A relação dos convênios pode ser consultada no site do SINPEEM (www.sinpeem.com.br)

ATIVIDADES DE 2011

- ✓ **reuniões de representantes:**
15/02, 01/04, 22/06, 24/08, 03/10 e 01/12;
- ✓ **reuniões do Conselho Geral:**
18/02, 04/04, 30/06 e 30/08, 07/10 e 05/12;
- cursos de formação:**
 - a) **20/04 – curso com dispensa de ponto** para os profissionais de CEIs e Emeis (quadro de apoio, docentes, gestores, DREs e órgãos da SME);
 - b) **14/06 – curso com dispensa de ponto** para os profissionais dos ensinos fundamental I, II e médio (quadro de apoio, docentes, gestores educacionais, DREs e órgãos da SME);
- ✓ **22º Congresso do SINPEEM:** 25 a 28 de outubro

Acesse o site

www.sinpeem.com.br

cadastre seu e-mail e
receba nossas correspondências

OPINIÃO

SINPEEM PARK HOTEL

Estivemos no SINPEEM Park Hotel no final de 2010. Foram três dias maravilhosos, graças ao trabalho de todos os funcionários envolvidos, desde a nossa acolhida na sede do SINPEEM até o último momento da estada no hotel. Parabéns a todo: recepção, cozinha, limpeza, recreação, gerência. Todos trabalharam com competência, dedicação e carinho. Com certeza, vocês fazem a diferença! Esperamos voltar em breve. Obrigada por tudo!

Maria Onélia e Rubens, por e-mail

Quero agradecer pelo ótimo final de semana que eu e minha família passamos nesta colônia. Foi tudo maravilhoso. Gostei da acolhida, da atenção dos funcionários que foram educados e eficientes. Comidas gostosas, tudo de boa qualidade e bem preparado. Fiquei imensamente surpresa com a organização e limpeza do local. A decoração é de muito bom gosto e bem acolhedora. O local é lindíssimo! Tudo bem cuidado. Tirei inúmeras fotos e fiz um álbum no meu *orkut*.

Jandira, por e-mail

VIDA FUNCIONAL

Gostaria de parabenizá-los pela luta e vitória, com a ratificação da Portaria nº 5.555/10, que dispõe sobre a organização das escolas. Estávamos confiantes, pois vimos o empenho do SINPEEM. Penso que foi o único sindicato que acreditou que pudesse haver mudanças após a publicação da portaria. Agradeço, de coração, pois eu e mais algumas colegas ficaríamos excedentes e agora poderemos permanecer na unidade. Que Deus abençoe a todos.

Professora Suzana por e-mail

Condições de trabalho afetam a saúde dos profissionais de educação

A saúde física e mental dos trabalhadores tem sido afetada pelas condições de trabalho e de salário. Por isso, o SINPEEM defende a prevenção da saúde, com a realização de campanhas. Na última negociação coletiva que realizamos durante a nossa data-base, discutimos com a SME a necessidade criação do Centro de Saúde de Reabilitação dos Profissionais de Educação.

O sindicato reivindica:

- a) investimento na proteção, prevenção da saúde;
- b) descentralização do atendimento médico ambulatorial e com especializações, facilitando o agendamento de consultas e exames;
- c) modernização e ampliação da aparelhagem de exames por imagem e exames laboratoriais;
- d) extensão do atendimento aos filhos de servidores, independentemente da idade, com deficiências físicas, mentais, auditivas e oftalmológicas;
- e) contratação por concurso de profissionais das diversas áreas da saúde para melhor atender aos servidores e seus dependentes;
- f) criação de equipes multidisciplinares para atendimento domiciliar daqueles que estiverem impossibilitados de locomoção;
- g) criação do Programa de Assistência e Prevenção à Saúde do Servidor;
- h) nenhum desconto referente às ausências por licença saúde;
- i) saúde pública, gratuita, estatal e de qualidade para todos;
- j) reconhecimento das doenças do trabalho;
- k) não à privatização do HSPM;
- l) criação do centro de reabilitação profissional.

Prefeitura institui a Câmara de Conciliação de Precatórios

Em 10 de dezembro de 2009, entrou em vigor a Emenda Constitucional nº 62, que trouxe profundas mudanças nas regras para pagamento dos precatórios que vigoravam até então, atingindo os que já foram expedidos, bem como os que vierem a ser expedidos.

O pagamento de todos os precatórios obedecerá à ordem cronológica de expedição pela Justiça. Porém, com a referida mudança, apenas 50% dos recursos destinados a esta finalidade, obedecerão a essa ordem cronológica.

A Prefeitura de São Paulo, conforme o Decreto nº 51.105/09, optou pelo depósito dos valores devidos em conta especial. Depositará mensalmente o valor correspondente a 2,55% das receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento. Em 2011, isto representará aproximadamente R\$ 570 milhões.

Assim, sobre 50% deste valor, o Município de São Paulo obedecerá à ordem cronológica de pagamento, respeitadas as preferências. E, sobre a outra metade, o Município optou pelo acordo direto com os credores.

Para implementar os novos procedimentos para o pagamento aos credores, por intermédio do Decreto nº 52.011, de 17 de dezembro de 2010, a Prefeitura, instituiu a Câmara de Conciliação de Precatórios na Procuradoria Geral do Município e estabeleceu normas para a celebração de acordos diretos com os credores.

Acordos que só ocorrerão com a autorização para sua celebração com os titulares dos precatórios segundo procedimentos estabelecidos no Decreto nº 52.012, de 17 de dezembro de 2010.

Credores serão convocados

Há muitas especulações e dúvidas sobre o pagamento dos precatórios. Em particular sobre o pagamento dos decorrentes do ganho de causa na ação pelos 81%. No entanto, é importante esclarecer que são poucos aqueles que já têm precatórios expedidos e que os que poderão receber em regime especial, conforme nova regulamentação pela Prefeitura, serão convocados por meio do Diário Oficial da Cidade.

Essa convocação abrangerá, nesta etapa, os créditos alimentares (próprios de servidores) referentes aos precatórios expedidos em 2001 e ao de outras espécies atinentes ao ano de 1996.

No caso dos associados ao SINPEEM, os precatórios têm natureza alimentar, pois são decorrentes de diferenças de vencimentos ou previdenciários.

Essa primeira convocação dos credores dos precatórios de 2001, que será realizada pela Prefeitura, abrange somente os **portadores de doenças graves**, especificadas na legislação, ou seja: tuberculose ativa, alienação mental; esclerose múltipla; neoplasia maligna; cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondilostrose anquilosante, nefropatia

grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida e portadores de moléstia profissional.

O valor total a ser pago para os créditos alimentares nessa primeira convocação será de R\$ 100 mil por credor. Haverá um deságio de 5%. Caso o crédito total supere esse valor, a execução prosseguirá sobre o valor remanescente.

O SINPEEM enviará carta a cada associado comunicando o número do precatório, após a sua expedição. Portanto, a não comunicação até o momento, pelo sindicato, para as pessoas com as doenças especificadas decorre do fato de o seu precatório ainda não ter sido expedido. Quando isso ocorrer, o sindicato fará a comunicação.

O associado também poderá acompanhar as convocações para o acordo direto pela Internet, no *site* da Prefeitura de São Paulo (www.capital.sp.gov.br). Abrindo a página inicial, no link **Sites do Município**, deve clicar em **Negócios Jurídicos**. Em seguida, em **Precatórios**. Aparecerão todas as pessoas convocadas em relação aos precatórios alimentares do ano de 2001.

ENTREVISTA

HSPM: superintendente explica funcionamento do hospital e responde as reclamações de servidores

De acordo com o site do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM), atualmente vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sempla) e que desde 2001 participa do programa Compromisso com a Qualidade Hospitalar, a autarquia tem como missão “atender, cuidar e ensinar com excelência”, e, como visão, “tornar-se referência em humanização e qualidade na prestação de serviços de saúde, ensino e pesquisa, fazendo o melhor no cumprimento de sua missão e sendo motivo de orgulho para usuários e funcionários”.

No entanto, na prática, o atendimento precário – desde o guichê e os médicos até a distribuição de medicamentos – e o descaso no encaminhamento de soluções dos problemas apresentados pelos usuários lideram as principais reclama-

ções dos profissionais de educação em relação ao HSPM.

Procurada pelo SINPEEM, a superintendente do HSPM, Dra. Elizabete Michele, concedeu entrevista na qual explica o funcionamento do hospital. Ela fala também sobre a descentralização dos ambulatórios, humanização hospital, atendimento domiciliar e responde às críticas e reclamações dos usuários.

Segundo a Dra. Elizabete, os profissionais de educação representam o maior número de atendimentos no HSPM, com uma média mensal nos ambulatórios em torno de 45 mil atendimentos; no pronto socorro são 12 mil, além de um total de 123 mil exames mensais.

Veja a íntegra da entrevista:

1 - Por que o HSPM está vinculado a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (Sempla) e não mais à Secretaria Municipal de Saúde?

Dra. Elizabete - O HSPM está vinculado à Sempla em virtude da necessidade do tratamento especializado ao servidor público municipal. As ações em Gestão de Pessoas – na área de saúde do servidor – estão ligadas ao tratamento médico disponibilizado ao servidor público municipal, ou seja, os programas que visam à melhoria da saúde e bem-estar serão realizadas em conjunto. Uma vai complementar a outra.

2 - Em função de legislação recente, os servidores não têm mais desconto em folha, destinado ao HSPM. O hospital está se mantendo com recursos próprios do município? Como e de quanto é este valor?

Dra. Elizabete - A Lei Municipal nº 14.661, de 27 de dezembro de 2007, dispensou os servidores públicos municipais e seus dependentes da contribuição mensal devida ao HSPM.

O hospital é mantido única e exclusivamente com recursos do Tesouro Municipal. Durante o exercício de 2010, conforme a Lei Orçamentária nº 15.089, 29/12/2009, o valor orçamentário destinado ao HSPM foi de R\$ 161.749.351,00.

3 - Também devido à legislação, o HSPM é obrigado a prestar atendimento emergencial por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Há repasse de recursos do governo federal? Qual o percentual?

Dra. Elizabete - A Lei nº 3.766 de 21 de janeiro de 2004, que reorganizou o HSPM, em seu artigo 2º, inciso VI, prevê o atendimento de emergência à população em geral, mediante convênio com o SUS. Não há repasses do SUS para o hospital.

4 - Qual a relação entre o HSPM e o Departamento de Saúde do Servidor (DESS)?

Dra. Elizabete - Existe uma relação em conjunto para levar a melhor qualidade no atendimento para o servidor.

5 - Quando o DESS determina que o servidor deve entrar em licença médica ele é encaminhado para tratamento médico no HSPM?

Dra. Elizabete - O HSPM está à disposição do servidor público municipal que o procura. Informamos que o DESS esclarece que é um órgão pericial e responsável pela concessão de licenças médicas e não indica local de tratamento. O mesmo fica sob responsabilidade do médico assistencialista.

6 - Segundo dados do HSPM, há cinco ambulatórios descentralizados na cidade. Quais as especialidades atendidas nestes locais? Este número será ampliado? Quando e como?

Dra. Elizabete - Os ambulatórios descentralizados prestam atendimento básico nas especialidades: ginecologia, clínica médica, pediatria e odontologia. Estão localizados no Tucuruvi, Santo Amaro, São Miguel Paulista, Vila Carrão e Lapa. Estudos junto à Sempla estão sendo realizados no sentido de reavaliar os atendimentos prestados.

7 - A Secretaria Municipal de Educação possui o maior número de servidores municipais da cidade de São Paulo (cerca de 90 mil entre ativos e aposentados). Existe algum serviço especializado direcionado a estes profissionais?

Dra. Elizabete - O HSPM presta atendimento de urgência - emergência e internação a todos os funcionários públicos municipais ativos e inativos da cidade de São Paulo, sem distinção de categoria.

8 - O SINPEEM recebe com frequência muitas reclamações de mau atendimento no HSPM, desde o guichê e médicos até a distribuição de medicamentos. Alegam que encaminham reclamações para a Ouvidoria, mas que não recebem retorno. A quem o servidor deve realmente se dirigir?

Dra. Elizabete - A Ouvidoria do HSPM mantém um sistema de atendimento aos usuários atuando de forma imediata na resolução de praticamente todos os problemas. Algumas questões requerem uma resposta mais elaborada e são encaminhadas às diretorias correspondentes para retorno. É importante salientar que todos os casos são protocolados, recebem retorno e ficam à disposição para que o reclamante possa fazer vistas a qualquer tempo.

9 - Quais providências são tomadas para solucionar as queixas destes servidores?

Dra. Elizabete - Toda e qualquer reclamação é bem-vinda junto à Ouvidoria do HSPM, que gera relatório mensal, instrumento de discussão nas reuniões mensais da alta direção, que visam não só sanar o problema em questão, mas subsidiar a ad-



Divulgação

Insatisfeitos, servidores municipais criticam o HSPM, desde o guichê e médicos até a distribuição de medicamentos; superintendente garante que reclamações são atendidas

ministração no sentido de melhorar o atendimento aos usuários e aperfeiçoar os serviços.

10 - Há também reclamações quanto à distribuição de medicamentos na farmácia do hospital. A que se deve a falta de medicamentos?

Dra. Elizabete - Não existe falta de medicamentos para pacientes internados, o que pode acontecer é a falta pontual de um ou outro medicamento por questões meramente administrativas ou de fornecimento, sem prejuízo ao atendimento.

11 - Qual a perspectiva para a solução dos problemas com a farmácia do hospital?

Dra. Elizabete - O HSPM procura solucionar os problemas pontuais de forma imediata para que não haja descontinuidade ao atendimento do paciente.

12 - Várias empresas do setor privado têm implantado um sistema de humanização do atendimento para diminuir as reclamações. O que o HSPM tem feito neste sentido?

Dra. Elizabete - O HSPM é uma instituição de saúde pública e há dez anos criou um Grupo de Trabalho de Humanização Hospitalar, que desenvolve e propõe ações, no sentido de oferecer um tratamento acolhedor, possibilitando ao paciente um atendimento mais humanizado.

Um atendimento humanizado só se faz com uma equipe sensibilizada e envolvida. Nesse sentido, temos envidado esforços para que a equipe esteja preparada para atender aos anseios dos pacientes, o que nem sempre é possível.

12 - Qual a média de tempo entre a marcação de uma consulta e a consulta propriamente dita? Por quê?

Dra. Elizabete - Para consultas novas, o agendamento deve ser realizado via "call center" e o tempo de espera para consulta é, no máximo, de 30 dias. Quanto aos retornos médicos, marcados nos guichês ambulatoriais, obedecem à solicitação médica e dos exames solicitados. Sempre lembrando que os casos de urgência são atendidos no pronto socorro.

13 - Qual a especialidade com maior número de atendimento?

Dra. Elizabete - As especialidades médicas que apresentam o maior volume de consultas e procedimentos ambulatoriais são as clínicas de Ginecologia; Dermatologia, Ortopedia e Oftalmologia, com cerca de 110.290 atendimentos realizados no período de janeiro a outubro de 2010.

14 - Qual a Secretaria ou Departamento público municipal com maior demanda de atendimento no HSPM? Qual a média deste tipo de atendimento no Hospital e qual a especialidade com maior demanda?

Dra. Elizabete - Os servidores da Secretaria Municipal de Educação são responsáveis pela abertura do maior número de cartões. A média de atendimento mensalmente nos ambulatórios gira em torno de 45 mil atendimentos, no pronto socorro 12 mil atendimentos e 123 mil exames.

15 - O HSPM oferece atendimento domiciliar? Como funciona?

Dra. Elizabete - O HSPM presta assistência domiciliar somente aos pacientes crônicos e impossibilitados de locomoção até o hospital. Quanto ao funcionamento, dá-se por meio de encaminhamento médico. A agenda é para visita médica e social, a fim de avaliar a necessidade do atendimento domiciliar.

16 - Quais dependentes do servidor podem ser atendidos no HSPM? Qual a política do hospital nesse sentido?

Dra. Elizabete - A política do HSPM é de atender a todos os servidores previstos no Decreto nº 50. 564, de 9 de abril de 2009:

“...
 Art. 2º. São considerados dependentes dos servidores públicos municipais:
 I - o cônjuge e a companheira ou companheiro;
 II - os filhos não emancipados de qualquer condição, menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos;
 III - os filhos com idade entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos que estejam matriculados e frequentando curso de ensino superior;
 IV - o pai e a mãe inválidos;
 V - os irmãos não emancipados de qualquer condição, menores de 18 (dezoito) anos ou inválidos.
 ...”

17 - Qual a importância do Conselho Gestor do HSPM e como ele tem atuado?

Dra. Elizabete - O Conselho Gestor é um braço da administração que atua dentro de suas competências conforme previsto na Lei nº 13.766 - art. 6º. Sua atuação é muito importante para melhorar cada vez mais o atendimento no HSPM e levar mais qualidade de saúde ao servidor público municipal.

O SINPEEM orienta os associados a enviarem suas reclamações à Ouvidoria do HSPM e cobrar as devidas providências para solucionar os respectivos problemas.

SERVIÇO

HOSPITAL DO SERVIDOR
PÚBLICO MUNICIPAL

Horário de atendimento:
segunda a sexta-feira, das 8h30 às 16h30
Telefones: 3397-7777 e 3397-7778
E-mail: ouvidoria@hspm.sp.gov.br

SINPEEM PARK HOTEL



Fernando Cardozo

Mais informações pelo fone 3329-4521
ou e-mail (colonia.lazer@sinpeem.com.br)

Acompanhe a programação do SINPEEM Park Hotel para 2011 e não perca os prazos de inscrições

PROGRAMAÇÃO DAS FESTAS

27 de março - Festa Italiana

Diversos tipos de massas e música ao vivo
Inscrições de 14 a 18/03

10 de abril - Festa Árabe

Atividades recreativas, lazer, música ao vivo e comida típica
Inscrições de 28/03 a 01/04

08 de maio - Festa do dia das Mães

Um dia especial de lazer para as mães
Inscrições de 25 a 29/04

FERIADO

Semana Santa

Período 21 a 24/04 - Inscrições 14 a 18/03
Sorteio 21/03 - Pagamento 28/03 a 01/04

EXCURSÕES

AS INSCRIÇÕES SÃO FEITAS POR ORDEM DE CHEGADA, PESSOALMENTE,
NA RUA MARQUÊS DE ITU, 88 - SALA 03 - METRÔ REPÚBLICA
SAÍDA CAETANO DE CAMPOS - FONE/FAX: 3221-3346

MARÇO - CARNAVAL

CANANÉIA (SP) – PRAIA E CARNAVAL DE RUA - DE 05 A 09/03

Inclusos: transporte rodoviário, hospedagem com café da manhã, sete refeições.
Visitas: Ilha Comprida, Ilha do Cardoso, Caverna do Diabo e passeio de escuna.
Valor: até 10 x de R\$ 129,00

CURITIBA (PR) - DE 04 A 08/03

Inclusos: transporte rodoviário, hospedagem com café da manhã, pensão completa, passeio de Maria Fumaça até Morretes, city tour e Vila Velha.
Valor: até 10 x de R\$ 96,00

PORTO SEGURO (BA) - DE 05 A 12/03

Inclusos: transporte aéreo, taxa de embarque, hospedagem com café da manhã e jantar, city tour.
Valor: até 10 x de R\$ 220,00

ABRIL - TIRADENTES E PÁSCOA

BUENOS AIRES - DE 20 A 24/04

1ª opção: transporte aéreo, taxa de embarque, seguro viagem, hospedagem com café da manhã e city tour.
Valor: 10 x de US\$ 136,00 (câmbio do dia)

2ª opção: transporte aéreo, taxa de embarque, seguro viagem, hospedagem com café da manhã, city tour, sete refeições distribuídas entre almoços e jantares e passeios ao Delta do Rio Tigre, Ópera Pampa, Señor Tango e La Plata.
Valor: 10 x de US\$ 185,00 (câmbio do dia)

JULHO

FRANÇA E INGLATERRA – VAGAS LIMITADAS - DE 16 A 31/07

Visitas: Londres, Oxford, Bruxelas, Bruges, Paris, Bordeaux, Vale do Loire, Toulouse e Lourdes.
Inclusos: transporte aéreo, taxa de embarque, 14 noites de hospedagem com café da manhã, transfers, seguro saúde, Embaixada, ingressos para os passeios do roteiro, 19 refeições distribuídas entre almoços e jantares, mais um jantar na Torre Eiffel e um jantar no Bateau-mouche (Rio Sena) e um jantar com show no Moulin Rouge. Guia local e guia acompanhante.
Valores: 08 x de US\$ 882,00 - 10 x de US\$ 740,00 - 12 x de US\$ 660,00 - 15 x de US\$ 560,00. **Observação:** câmbio do dia

Mais informações

www.viagenshorizontes.com.br

horizontes.ass@uol.com.br

Para uso dos Correios

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o número indicado | |
| <input type="checkbox"/> | |
| <input type="checkbox"/> Informação escrita pelo porteiro ou síndico | |

Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____

Em ____/____/____ responsável

DESTINATÁRIO

IMPRESSO ESPECIAL

9912252003/DR/SPM
SINPEEM
CORREIOS

Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo
Avenida Santos Dumont, 596 - Ponte Pequena - CEP 01101-080
São Paulo - SP - Fone 3329-4500 - e-mail: sinpeem@sinpeem.com.br

